

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

PA Nº 118/2019

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

No dia 11 de abril de 2019, às 9:15h, reuniu-se, na Sala da Presidência, o Comitê de Governança e Gestão Participativa – CGOV, instituído pela Resolução Administrativa TRT 18ª nº 83/2018. Estiveram presentes os seguintes membros do CGOV: Desembargador-Presidente do TRT da 18ª Região – Paulo Pimenta; Desembargador Vice-Presidente e Corregedor – Daniel Viana Júnior; Juiz Platon Teixeira de Azevedo Neto, representando o Diretor da Escola Judicial – Desembargador Eugênio José Cesário Rosa; Secretário-Geral da Presidência – Thiago Domiciano de Almeida; Secretário-Geral Judiciário – Cleber Pires Ferreira; Diretor-Geral – Ricardo Webster P. de Lucena; Secretário-Geral de Governança e Estratégia – Robnaldo José Santos Alves; Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – Murilo de Barros Carneiro; Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas – Luiz Henrique Maia; Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional – Marcelo Marques de Matos; Secretário-Executivo da Ouvidoria – Jorge Luís Machado; Vice-Procuradora-Chefe Suse Lane do Prado e Silva, representando o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região – Tiago Ranieri de Oliveira; Representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Goiás – José Humberto Abrão Meireles; Presidente da ASJUSTEGO – Joelson da Conceição Lisboa.

Registro as presenças dos demais convidados: Secretário-Executivo da Secretaria-Geral da Presidência – Hugo Timo Neto; Secretário-Executivo da Escola Judicial – Gil César Costa de Paula; Assessor do Gabinete da Vice-Presidência – Gustavo da Costa Seixas; Diretor da Secretaria do Juízo Auxiliar de Execução – Bruno Barbosa Dib; Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças – Marcos dos Santos Antunes; Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos – Cássia Maria Sebba Kafuri; Diretora Substituta da Secretaria de Licitações e Contratos – Thaís Artiaga Esteves Nunes; Diretor da Secretaria de Auditoria Interna – Marcos Balduino de Oliveira; Diretor da Secretaria de Recursos de Revista – Luciano Henrique da Silva Pessoa; Diretor da Secretaria de Cálculos Judiciais – Absayr Gonçalves Souza; Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social – Lídia

Barros Nercessian; Diretor da Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação – Wilane Carlos da Silva Massarani; Diretor da Divisão de Material e Logística – Bruno Gustavo Minari; Diretor da Divisão de Informações Funcionais - Fernando Fonseca Magalhães; Luciano Batista de Souza, representando o Diretor da Divisão de Segurança Institucional – Elton José Boulanger da Silva; Chefe do Núcleo de Relações Institucionais e Cerimonial – Adnólia Pereira de Oliveira Aires; Chefe do Núcleo de Gestão da Informação e do Conhecimento – Anderson Abreu de Macedo; Chefe do Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoal – Mateus Vargas Mendonça; Chefe da Gerência de Saúde – Gabriela Brito de Castro; Chefe da Gerência de Responsabilidade Socioambiental – Lara Cristina Nercessian de Barros; Chefe Substituto da Gerência de Planejamento e Projetos – João Hélio Martins Júnior; Chefe de Serviço da Secretaria-Geral de Governança e Estratégia - Flávia Ramos Queiroz Oliveira; Chefe do Setor de Apoio à Gestão de Pessoas - Paula Rejane dos Santos Guimarães; Chefe da Gerência de Administração Orçamentária e Financeira - Flávia Ferreira Souza; Chefe da Gerência de Apoio à Governança de TIC – Maria Célia de Sene Bavaresco; Chefe da Seção de Acompanhamento de 1º e 2º Graus – Rafael Ramos Tavares.

Ausências justificadas dos magistrados: Diretor da Escola Judicial do TRT da 18ª Região – Eugênio José Cesário Rosa; e Juiz Auxiliar de Execução – Kleber de Souza Waki.

A servidora Flávia Ramos abriu a reunião e passou a palavra para o Dr. Paulo Pimenta, que cumprimentou a todos, agradeceu a presença e informou que as Reuniões de Análise da Estratégia possuem a finalidade de fazer o acompanhamento das metas do Plano Estratégico do Tribunal.

Em seguida, foram analisados os itens constantes da pauta:

1.Proposta de alteração do Sistema de Governança Institucional - SGI à luz da nova estrutura administrativa: o Secretário-Geral de Governança e Estratégia informou que, diante da reestruturação administrativa e de sugestões de alterações de texto, seria necessária uma atualização da Resolução Administrativa nº 83/2018. Esclareceu que houve fusão das áreas “Secretaria de Gestão Estratégica” e “Divisão de Apoio à Governança Corporativa”, sugerindo a modificação do texto dos incisos VI e VII do artigo 17 e XI e XII do artigo 20 da seguinte forma: “secretário-geral de governança e estratégia”. O Diretor da STI advertiu que o inciso XIII do artigo 20 também teria que ser alterado para:

“secretário de tecnologia da informação e comunicação”. Foram propostas outras modificações, sugeridas pela Secretaria de Auditoria Interna, no inciso II do artigo 35, cuja redação passaria a ser “instituição do Plano Anual de Auditoria, que deverá, com base nos riscos detectados, contemplar ações de avaliação ou consultoria que visem à melhoria:”, bem como na letra “d” do inciso II do artigo 35, a seguir: “dos controles internos relacionados aos elementos críticos para o alcance dos objetivos e das metas estabelecidas”. Por fim, foi destacada a necessidade de inclusão do artigo 39, com o seguinte teor: “Ficam revogadas as Resoluções Administrativas nº 49/2018 e 24/2011.”. O CGOV aprovou as sugestões e alterações apresentadas.

2.Revisão do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (ano 2019) x Plano Estratégico do TRT 18: O Chefe Substituto da Gerência de Planejamento e Projetos informou sobre a necessidade de alinhar o Plano Estratégico do TRT 18 ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho. Apresentou o quadro abaixo, advertindo que algumas metas do Plano do TRT 18 teriam que ser adequadas. Após as discussões, deliberou-se que:

Revisão do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho x Plano Estratégico do TRT 18

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida			
INDICADOR	METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT18		DELIBERAÇÕES
	2019	2020	
IgovPessoas	Intermediário	Aprimorado	Manter a meta “Intermediário” para 2019 e “Aprimorado” para 2020.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aperfeiçoar a gestão orçamentária			
INDICADOR	METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT18		DELIBERAÇÕES
	2019	2020	
Índice de execução do orçamento disponibilizado	80%	90%	Manter a meta “80%” para 2019 e “90%” para 2020.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC			
INDICADOR	METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT18		DELIBERAÇÕES
	2019	2020	
iGovTI	Aprimorado (0,76)	Aprimorado (0,79)	Manter a meta “Aprimorado” para 2019 e para 2020

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional			
INDICADOR	METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT 18		DELIBERAÇÕES
	2019		
Índice de processos julgados	≥ 92%		Aumentar a meta para “>100%”
Índice de processos antigos julgados	90%		Aumentar a meta para “92%”
Índice de ações coletivas julgadas	98%		Manter a meta de “98%”
Tempo médio de duração do processo – 1ª Instância – Fase de conhecimento	2019	2020	Alterar a meta para “140 dias” para 2019 e “140 dias” para 2020.
	147 dias	145 dias	
Tempo médio de duração do processo – 2ª Instância	95 dias	93 dias	Alterar a meta para “108 dias” para 2019 e “101 dias” para 2020.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Agilizar o trâmite das execuções trabalhistas e fiscais			
INDICADOR	METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT 18		DELIBERAÇÕES
	2019	2020	
Índice de execução	≥ 92%	≥ 92%	Alterar a meta para “> 100%” para 2019 e “> 100%” para 2020.

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Estimular a conciliação			
INDICADOR	METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT 18		DELIBERAÇÕES
Índice de conciliação – fase de conhecimento	2019	2020	Alterar a meta para “45%” em 2019 e “45%” em 2020, que são os valores da cláusula de barreira estabelecida.
	48%	48%	

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes		
INDICADOR	METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT 18	DELIBERAÇÕES
Índice de redução do acervo dos maiores litigantes	2019 e 2020	Manter a meta “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”
	Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior	

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fortalecer os processos de governança			
INDICADOR	METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT 18		DELIBERAÇÕES
Índice de governança - iGov	2019	2020	Manter a meta “Aprimorado” para 2019 e para 2020.
	Aprimorado	Aprimorado	

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania		
INDICADOR	METAS DO PLANO ESTRATÉGICO DO TRT 18	DELIBERAÇÕES
	2019 e 2020	
Grau de alcance das metas	Atingir e manter pontuação entre 62 e 78 pontos	Manter a meta “Atingir e manter pontuação entre 62 e 78 pontos”

3. Apresentação e análise de metas e resultados dos indicadores do Plano Estratégico do TRT 18: Foram apresentados os resultados dos indicadores do Plano Estratégico do TRT 18 no tocante ao primeiro trimestre de 2019, as metas fixadas para este ano, as iniciativas que estão contribuindo para a melhoria dos

números, bem como as análises críticas de cada resultado, ficando deliberado que:

Índice de execução do orçamento disponibilizado

Ficou deliberado que as metas contidas no Plano Estratégico do TRT 18 serão mantidas, quais sejam: 80% em 2019 e 90% em 2020.

iGovPessoas

O Secretário-Geral de Governança e Estratégia explicou que este índice engloba um conjunto de boas práticas de governança e gestão de pessoas, sendo medido pelo TCU por meio do Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública (formulário autoavaliativo). Após, apresentou os projetos que impactam no iGovPessoas, ressaltando sua evolução nos anos de 2017 e 2018. Comunicou, ainda, o período de aferição do índice, que provavelmente será em junho. Por fim, propôs manter a meta no estágio de maturidade intermediário, o que ficou aprovado.

Tempo médio de duração dos processos de pedido de concessão de benefícios a magistrados

O Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional informou que em 2015 aferiram a linha base e estabeleceram uma meta de 52 dias para 2016, que não foi cumprida, tendo alcançado 104 dias. Afirmou que, para 2017, fixaram a meta em 25 dias e o resultado foi de 11 dias, já que a unidade realizou melhorias nos processos de trabalho. Acrescentou que, em 2018, finalizam o ano com o tempo médio de 8 dias, cumprindo a meta (18 dias). Noticiou, ainda, que na última Reunião de Análise da Estratégia foi estipulada a meta de 2019, qual seja 15 dias, sendo que, até o momento, conseguiram um resultado de 9 dias. Ao final, submeteu ao CGOV a análise da meta de 2019, ficando decidido que será mantida em 15 dias.

Taxa de processos de pedido de concessão de benefícios a servidores solucionados no prazo

O Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas apresentou três pontos de melhoria para este indicador. O primeiro consiste na definição de prazo para alguns assuntos ou a retirada deles da estatística do indicador, já que entram apenas na variável “Número de processos autuados no período”, o que gera uma distorção do indicador. O segundo seria a exclusão dos assuntos “Redistribuição”, “Remoção”, “Cessão e requisição de

servidores”, “Certidões – Resolução CNJ 156/2012”, “Frequência, avaliação e desligamento de estagiário” e “Ficha de avaliação funcional e de estágio probatório”. O terceiro ponto de melhoria consiste na apresentação do indicador de duas formas: com e sem os processos da Gerência de Saúde, que representam 20% dos processos que tramitam na Secretaria de Gestão de Pessoas.

O Comitê aprovou os pontos de melhoria, decidindo, em relação ao primeiro, pelo estabelecimento de prazos, que deverão ser expostos na próxima reunião do CGOV.

Taxa de pleitos solucionados

O Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas informou que há uma anomalia neste indicador, sendo necessário separar produtividade de passivo. Assim, sugeriu criar dois indicadores: Taxa de Solução de Processos e Taxa de Processos Antigos, o que ficou aprovado.

Coefficiente de acessibilidade à jurisdição

O Secretário-Geral Judiciário informou que este índice varia quando há instalação de novas Varas do Trabalho ou Postos Avançados, o que não se vislumbra no momento, razão pela qual a meta ficou mantida.

Índice de satisfação geral do usuário

Ficou deliberado que, para 2019, a meta será de 81% e, para 2020, de 82%.

Sem mais discussões, deu-se por encerrada a reunião às 12:39 h. Eu, João Hélio Martins Júnior, Chefe Substituto da Gerência de Planejamento e Projetos, lavrei esta ata, que foi assinada por mim e pelos membros do CGOV.

A S S I N A T U R A S

[Documento assinado eletronicamente por]

JOÃO HELIO MARTINS JUNIOR

TECNICO JUDICIARIO

CLEBER PIRES FERREIRA

SEC GERAL JUD CJ-4

RICARDO WEBSTER PEREIRA DE LUCENA

DIRETOR-GERAL CJ-4

MURILO DE BARROS CARNEIRO

DIR DE SECRET-CJ-3

MARCELO MARQUES DE MATOS

DIR DE SECRET-CJ-3

JORGE LUIS MACHADO

SEC OUVIDORIA FC-6

THIAGO DOMICIANO DE ALMEIDA

SEC GERAL PRES CJ4

PAULO SÉRGIO PIMENTA

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

LUIZ HENRIQUE MAIA

DIR DE SECRET-CJ-3

DANIEL VIANA JÚNIOR

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

JOELSON DA CONCEIÇÃO LISBÔA

DIR DE SECRET-CJ-3

ROBNALDO JOSÉ SANTOS ALVES

SEC. GERAL GOVERNANÇA CJ-4

JOSÉ HUMBERTO A. MEIRELES

PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO NETO

JUIZ TIT DE VARA DO TRABALHO

SUSE LANE DO PRADO E SILVA

Goiânia, 7 de maio de 2019.

